



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **AGENDAMENTO E SITES DE REDES SOCIAIS: UM NOVO LUGAR PARA O CIDADÃO?**

Nina Santos

Universidade Federal da Bahia

ninocasan@gmail.com

**RESUMO:** Partindo do pressuposto da teoria do agendamento de que os meios de comunicação tem como função mediar a relação entre os cidadãos e o sistema político através da formação de uma agenda pública, o artigo pretende discutir esse pressuposto à luz das novas tecnologias da informação e comunicação, notadamente os sites de redes sociais. Nos interessa refletir sobre o papel da ação dos cidadãos nos sites de redes sociais na conformação dessa agenda pública, explorando questões como: teriam os sites de redes sociais a capacidade de inserir temas na agenda pública? E isso significa algum acréscimo no poder do cidadão dentro de um contexto democrático?

### **INTRODUÇÃO**

A Hipótese do Agendamento, inicialmente elaborada na década de 70 por McCombs e Shaw, acredita na função dos meios de comunicação de massa de conformar a agenda pública como um ator intermediário entre a esfera política e os cidadãos. Muitas aplicações, problematizações e atualizações desse marco teórico foram feitos por diversos autores, inclusive pelo próprio McCombs (1972), mas a ideia inicial e o arcabouço teórico utilizado por esta teoria se basearam nas tecnologias de comunicação disponíveis à época, das quais a internet não fazia parte.

Consideramos, portanto, que seja necessário repensar essa teoria a partir do novo contexto comunicacional existente hoje. A internet, e especificamente os sites de redes sociais, traz novas possibilidades de comunicação que devem ser levadas em conta na formulação de uma teoria da agenda para os dias atuais. A publicação de conteúdo por cidadãos não especializados para tanto e a facilidade na formação de redes de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

disseminação de conteúdos são algumas das características desse ambiente que podem influenciar a formação de uma agenda pública.

A partir da consideração desse novo contexto, interessa-nos observar qual o papel que o cidadão passa a ter nesse ambiente. Seriam os cidadãos atores sociais mais influentes em uma teoria da agenda que considere os sites de redes sociais como instâncias de formação da agenda pública? Essa questão surge da consideração de que a capacidade dos cidadãos de influenciar o sistema político é um importante parâmetro para a democracia e que a formação da agenda pública é um relevante fator nessa questão. No entanto, é preciso observar com cautela o papel dos sites de redes sociais na formação da agenda considerando diversos aspectos, como a sua importância como fonte de informação política, a quantidade de conteúdo deles que redirecionam para meios de massa e a possibilidade da confrontação de pontos de vista diversos, entre outros.

## **A TEORIA DO AGENDAMENTO**

O primeiro artigo publicado sobre a Teoria do Agendamento foi o “The Agenda-Setting Function of Mass Media<sup>1</sup>” (MCCOMBS e SHAW, 1972). Esse texto deu início a uma nova fase nos estudos sobre a comunicação que, por um lado, retoma a ideia de efeitos fortes da comunicação sobre as pessoas mas, por outro, desloca o foco dos efeitos comportamentais para os efeitos cognitivos da comunicação. A teoria do agenda-setting é a primeira de muitas teorias posteriores que trabalharam nessa perspectiva de investigação.

A ideia de McCombs e Shaw parte da premissa de que entre as pessoas e o sistema político há uma instância de mediação que seriam os meios de comunicação de massa, e especialmente o jornalismo. Eles levam então a hipótese de que a função desses mediadores – os meios de comunicação de massa – seria a de determinar a agenda pública. Essa agenda é entendida aqui como o conjunto de temas discutidos

---

<sup>1</sup> A Função de Agendamento dos Meios de Comunicação de Massa (tradução da autora).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

socialmente. A agenda não seria uma reunião de fatos que acontecem na realidade, mas o agrupamento daqueles temas que efetivamente passam a ser considerados problemas sociais. Essa hipótese seria comprovada a partir da pesquisa empírica realizada por eles que identifica uma correlação entre o que as pessoas consideram problemas sociais e o que os meios de comunicação colocam como problemas sociais.

A agenda teria um papel não só de reunir os problemas socialmente reconhecidos como relevantes, mas também de ser a base para a formação da opinião pública. E os media teriam, portanto, um papel fundamental nesse processo. “In other words, the news media can set the agenda for the public’s attention to that small group of issues around which public opinion forms<sup>2</sup>” (MCCOMBS, 2002, p.01)

Portanto, a partir da vivência cotidiana das pessoas, com todos os fatos e problemas que acontecem diariamente, agiriam os meios de comunicação, com o papel de selecionar e classificar a importância desses temas, criando uma agenda pública. Essa agenda se construiria a partir da própria formatação dos meios de comunicação, na escolha de que notícias serão veiculadas e na diferenciação entre aquelas mais importantes e aquelas secundárias. “In choosing and displaying news, editor, newsroom staff, and broadcasters play an important part in shaping political reality” (MCCOMBS e SHAW, 1972, p. 01)<sup>3</sup>. Essa agenda de temas públicos formatada pelos media seria a base para a ação política, seria através dela que o campo político poderia identificar os problemas sociais.

Essa importância dos meios de comunicação na formação dessa agenda pública se daria, segundo os autores, pela importância desses meios como fonte de informação política. Segundo a pesquisa realizada por eles, boa parte da informação política que chega ao cidadão vem de meios de comunicação de massa, o que os tornaria uma fonte quase exclusiva dessas informações. Na impossibilidade de contrastar os fatos

---

<sup>2</sup> Em outras palavras, os media noticiosos podem estabelecer a agenda da atenção do público em torno de um pequeno grupo de questões ao redor das quais se forma a opinião pública (tradução da autora).

<sup>3</sup> Ao selecionar e exibir notícias, editores, jornalistas e emissoras desempenham um importante papel na formação da realidade política (tradução da autora).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

veiculados pelos media com outras fontes sobre esse mesmo tema, prevaleceria a agenda dos media.

E o fato de existir uma “agenda dos media” não é vista de forma pejorativa pelos autores, mas como algo inerente ao próprio funcionamento dos meios de comunicação dentro da sociedade.

There is no pejorative implication that a news organization “has an agenda” that it relentlessly pursues as a premeditated goal. The media agenda presented to the public results from countless day-to-day decisions by many different journalists and their supervisors about the news of the moment (MCCOMBS, 2002, p.2)<sup>4</sup>.

O que pode ser questionado aqui, e tentaremos explorar isso mais adiante a partir da análise dos sites de redes sociais, é a possibilidade de uma maior diversidade de agendas. Se por um lado não é ilegítimo o fato de os meios de comunicação terem uma agenda, por outro, talvez essa não devesse ser a única agenda a definir os problemas socialmente compartilhados.

Estudos posteriores sobre a teoria da agenda vão relativizar essa ação dos media no estabelecimento de agendas. Entram em questão variáveis antes desconsideradas o que acaba por restringir essa ação de agendamento a certas situações e circunstâncias. Não se trata de uma invalidação da teoria, mas de um conhecimento concreto mais aprofundado de seu funcionamento.

O próprio McCombs, em artigo publicado em 2002, fala que o agendamento tende a ocorrer com mais eficácia em cidadãos que tem “necessidade de orientação” (“need for orientation”, no original). Essa necessidade seria definida pela relevância do conteúdo e pela incerteza da pessoa sobre o tema abordado. Ou seja, quanto mais importância o cidadão acha que o tema tem e quanto mais incerto ele está sobre essa mesma questão, maior a probabilidade de os media conseguirem um efeito de agendamento sobre ele.

---

<sup>4</sup> Não há nenhuma implicação pejorativa no fato de organizações noticiosas terem uma agenda que insistentemente busca um objetivo desejado. A agenda dos media que é apresentada ao público resulta de inúmeras decisões tomadas dia-a-dia por jornalistas e seus supervisores, sobre as notícias do momento (tradução da autora).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Consideramos essa perspectiva bastante interessante por observar variáveis dos cidadãos no processo de agendamento. Ou seja, não são apenas os media que agem da definição da agenda e, através dos veículos de comunicação, constroem socialmente essa agenda, mas também as atitudes e predisposições do cidadão vão interferir nesse processo.

Outro estudo recente (USCINSKI, 2009) considera a espetacularização de temas como a variável fundamental para o efeito de agenda-setting dos media. Para Uscinski, temas que podem ser espetacularmente explorados tendem a ser pautados pelos media, e, portanto, fazer parte da agenda pública a partir da ação dos meios de comunicação. Já assuntos com menor possibilidade de exploração espetacular teriam maior dificuldade de serem pautados pelos critérios internos dos media e se tornariam parte da agenda a partir de demandas de interesse dos próprios cidadãos. Novamente é interessante observar como alguns estudos sobre essa teoria tendem a problematizar o papel do cidadão, que na teoria inicial parecia bastante restrito.

## **OS SITES DE REDES SOCIAIS NO CONTEXTO COMUNICACIONAL E O LUGAR DO CIDADÃO**

Para repensar a teoria do agendamento em um contexto de existência dos sites de redes sociais, acreditamos que dois seriam os pontos fundamentais de reflexão. O primeiro seria sobre os meios de comunicação de massa como únicos mediadores entre a esfera civil e a esfera de decisão política e o segundo, bastante relacionado ao primeiro, seria a comprovação da efetividade da teoria a partir do fato de os media serem as únicas fontes de informação política.

As novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo aquelas advindas do ambiente online, inserem no contexto comunicacional uma facilidade na criação de veículos de comunicação próprios, como blogs, perfis no Twitter, perfis no Orkut e a facilidade de acesso a essas fontes de informação – sem limites temporais ou espaciais tão rígidos – cria um novo tipo de relação comunicacional entre personalidades e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

instituições e os cidadãos. Agora, torna-se possível falar diretamente a um coletivo, prescindindo dos meios de comunicação de massa.

Se, em um determinado momento, o poder de mediar as informações estava crescentemente nas mãos dos grandes media, hoje podemos dizer que esse processo está se reconfigurando. É importante ressaltar que, apesar da pluralização dos atores na esfera de visibilidade pública, não podemos, de forma alguma, igualar o poder deles. Os meios de comunicação de massa continuam a ter uma importância central na construção dessa esfera, o que muda é que agora aumenta a disputa desse espaço com outras fontes de informação.

Portanto, o lugar de mediador entre a esfera civil e a esfera política que é pensado pela teoria do agendamento como de posse exclusiva dos meios de comunicação de massa, passa a ser tensionado no contexto online. É nítido que os meios de comunicação de massa continuam tendo um papel importante e majoritário nessa mediação, mas não se pode ignorar a presença desses novos meios.

Uma primeira discussão presente nos estudos sobre mediação online trata do tema da deterioração da mediação social e política a partir do

desaparecimento do conjunto de assuntos através do qual as pessoas costumam interagir discursivamente em busca de soluções em torno de questões problemáticas. Nessa perspectiva, subsiste a idéia de que a internet promoveria um tipo de comunicação cada vez mais individualizada, o que teria por consequência a ruína das questões coletivas que formariam o substrato de edificação de espaço público. Em sentido oposto, outros levantaram a possibilidade de, ao invés de uma depreciação da esfera pública, um fortalecimento da mesma. Esse fortalecimento ocorreria a partir do momento que a internet possibilita que novos atores participem do debate público que, muitas vezes, fica prejudicado pela lógica da comunicação de massa de privilegiar as vozes oficiais ligadas ao centro do sistema político (LYCARIÃO, p.7, 2009).

Adotamos aqui essa segunda perspectiva, a partir da qual acreditamos que o ambiente online pode trazer importantes contribuições para a ampliação de vozes, o questionamento de mediações tradicionais e o desenvolvimento democrático. Isso porque o agendamento dos meios do jornalismo tende a ser muito homogêneo e outros tipos de veículos de informação poderiam se opor a isso. “As a result of this elite leadership and the pervasive norms of professional journalism, among other factors, the



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

news agenda, as we already have noted, is highly homogeneous across all the news media<sup>5</sup>” (MCCOMBS, 2005, p.549).

Ao mesmo tempo em que os sites de redes sociais se tornam importantes fontes de informação política, é preciso também notar que há uma concentração muito grande no fluxo de informação nas redes sociais. Isso significa que há poucos perfis e sites muito visitados e muitos perfis e sites com pouquíssima audiência. Essa é o primeiro argumento que McCombs expõe em um artigo de 2005 para defender que os blogs não invalidariam a teoria da agenda proposta por ele. O autor fala especificamente de blogs, mas acreditamos que muitos de seus argumentos podem ser expandidos para redes sociais em geral.

O segundo argumento dele visa refutar a hipótese de que “the agendas to which people are exposed on the Web are highly divergent rather than the highly redundant agendas found in the traditional news media” (MCCOMBS, 2005, p.545)<sup>6</sup>. Para o autor, o fato de muito dos conteúdos veiculados em blogs, e nas redes sociais online em geral, apontarem para conteúdos dos meios de comunicação de massa, aproximaria muito as agendas desses dois meios.

É fato que muitos conteúdos dos media tem grande circulação social e, por isso, não poderiam estar fora dos sites de redes sociais. Há, contudo, diferenças relevantes no funcionamento desses dois meios, que precisam ser levadas em conta na formação de suas agendas. Woodly, por exemplo, ressalta que “because blogs are not (at least not yet) elite-biased and their content is argument-centered, they can sometimes expand the range of political knowledge that is available to journalists, political elites and interested citizens” (WOODLY, 2008, p122)<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Como resultado dessa liderança de elite e das pervasivas normas profissionais do jornalismo, entre outros fatores, a agenda dos noticiários, como já notamos, é altamente homogênea em todos os media noticiosos (tradução da autora).

<sup>6</sup> As agendas às quais as pessoas são expostas na web são altamente divergentes, ao invés de altamente redundantes, das agendas encontradas nos media noticiosos (tradução da autora).

<sup>7</sup> Por que blogs não são, pelo menos ainda não, tendenciosos para elites, e seu conteúdo é centrado no argumento, eles podem, por vezes, aumentar o espectro do conhecimento político que está disponível aos jornalistas, às elites políticas e a cidadãos interessados (tradução da autora).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A questão do *ethos* jornalístico sem dúvida é uma questão a ser levada em conta na diferenciação entre os conteúdos advindos dos media e aqueles produzidos por não profissionais. O funcionamento do campo jornalístico com as rotinas, critérios e recompensas características dele produz uma determinada avaliação dos fatos. Não se trata de uma valoração do que seja melhor, mas de entender a importância social e as peculiaridades de ambos. Woodly (2008) argumenta ainda que essa diferença possibilitaria aos blogs dirigir a atenção do público a novos fatos ou a fatos que sumiram dos media poucas semanas após terem ocorrido.

Ou seja, os sites de redes sociais fazem sim o papel de mediadores entre as esferas civil e política e são importantes fontes de informação política para os cidadãos. Mas a questão que se coloca aqui é: seriam eles capazes de gerar uma agenda própria?

A grande questão seria, portanto, se os sites de redes sociais – e as informações e conversações contidas neles – são espaços formadores da agenda pública ou apenas mais um fator de influência na formação da agenda dos próprios media. A primeira possibilidade implicaria em que esses sites fossem capazes não só de conter a exposição e discussão de temas socialmente relevantes, mas também de produzir significativa visibilidade pública a eles, para que fossem reconhecidos como problemas centrais da sociedade. Nesse caso, os sites de redes sociais seriam capazes de produzir uma agenda alternativa, que poderia se contrapor (ou não) àquela dos meios de massa.

Já na segunda possibilidade, não haveria a formação de uma segunda agenda, mas apenas a inclusão de um ator adicional na influência da formação da agenda dos próprios media. Para McCombs, a agenda dos media se constitui da seguinte forma: “The pattern of news coverage that defines the media agenda results from the norms and traditions of journalism, the daily interactions among news organizations themselves, and the continuous interactions of news organizations with numerous sources and their agendas (MCCOMBS, 2005, p.548-549)<sup>8</sup>”.

---

<sup>8</sup> O padrão de cobertura de notícias que define a agenda dos media resulta de normas e tradições do jornalismo, de interações diárias entre as próprias organizações noticiosas e de interações entre as organizações noticiosas e uma série de outras fontes e suas respectivas agendas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Assim, os sites de redes sociais seriam apenas mais uma dessas fontes que interagem com os meios de massa de forma a interagir em sua agenda. Trata-se de uma mudança bem menos radical do que aquela levantada na primeira hipótese, onde as redes sociais online teriam uma agenda própria, mas que não perde a validade. O fato de conseguir se tornar um campo de influência na agenda dos media já pode trazer significativas contribuições à formação da agenda pública.

Se considerarmos que uma importante característica da democracia é a capacidade do cidadão de influenciar o campo político e suas decisões, podemos ver ganhos nesse processo de inserção dos sites de redes sociais na formação da agenda pública. A proximidade na relação entre esfera civil e esfera política é um importante ponto de consolidação do papel dos políticos eleitos como representantes do povo que os elegeu. Se, como propõe a teoria da agenda, a agenda pública é uma mediação entre essas duas esferas – a civil e a política –, a influência dos cidadãos na formação dessa agenda pode ser um passo relevante no fortalecimento da esfera cidadã.

Para Gomes (2011), as iniciativas digitais democraticamente relevantes seriam aquelas que servissem a um dos três seguintes propósitos: fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania, consolidação e reforço de uma sociedade de direitos e promoção do aumento da diversidade de agentes na esfera pública. A primeira possibilidade trata de iniciativas que possam empoderar o cidadão no sentido de torná-lo um ator mais influente na decisão política. Essa ideia parte do pressuposto de que as decisões políticas – e os atores responsáveis por elas – sofrem pressões e influências de diversos campos sociais, dos quais a cidadania faria parte. O fortalecimento desse campo, frente a seus concorrentes aproximaria a esfera civil e política, trazendo benefícios democráticos.

Essa primeira possibilidade poderia acontecer através de dois tipos de iniciativas. Primeiro são relevantes iniciativas de transparência do Estado, que facilitem o monitoramento e responsabilização dos agentes políticos. E depois, são também importantes aquelas ações que a participação e a influência civis nas esferas de decisão política.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Já a segunda possibilidade trata do fortalecimento da comunidade política organizada enquanto Estado de direito. Esse processo garantiria o respeito às liberdades e direitos tipicamente democráticos. E a terceira possibilidade seria aquela que promovesse uma diversidade de agentes, agências e agendas na esfera pública.

Acreditamos que nos são especialmente úteis aqui a primeira e a terceira possibilidades, já que seriam aquelas que vemos como mais afetadas pelos sites de redes sociais. Tanto no que tange a aumentar a influência civil, quanto no que concerne à diversidade de agentes e agendas, as redes sociais online podem contribuir. Não queremos aqui defender que as redes sociais online são propriamente iniciativas políticas, mas sim espaços de interação entre cidadãos onde questões políticas podem surgir. Portanto a validade desses ambientes não está na propriamente na sua existência, mas nos usos que se faz deles.

Portanto, os sites de redes sociais, por serem espaços abertos à participação de qualquer cidadão que tenha acesso às tecnologias adequadas para tal seria um importante espaço de manifestação dos problemas e anseios civis. E o fato de considerar que essas redes poderiam gerar conteúdos e repercussões que influenciariam de forma relevante a agenda pública, seria, sem dúvida, um ganho democrático.

O próprio McCombs (2005) admite que os blogs já fazem parte da paisagem jornalística e que a questão de quem estabelece a agenda de quem – se os media estabelecem a dos blogs ou se os blogs podem estabelecer a dos media – ainda permanece indefinida. A direcionalidade da influência na formação da agenda é realmente algo difícil de determinar, inclusive porque dentro da dinâmica social os media, os cidadãos, os sites de redes sociais estão em contatos múltiplos, que tornam o estabelecimento de uma única direcionalidade algo bem complicado.

É impossível considerarmos como desejável uma influência “pura” do cidadão. Até porque ser cidadão, viver em sociedade, implica em ser influenciado por diversos fatores do seu entorno. Ou seja, mesmo a opinião e demanda advinda do cidadão será sempre fruto de sua experiência social, sua rede de relacionamentos, seu contato com meios de comunicação etc e isso não torna a expressão de reivindicações cidadãs menos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

válidas. O que nos interessa aqui, portanto, é destacar a importância da influência cidadã na formação da agenda e o papel que as redes sociais online podem ter nisso.

Uma última ressalva que gostaríamos de fazer é que não pressupomos que a influência dos cidadãos na formação da agenda seja algo criado pela internet ou pelas redes sociais online. Entendemos que os cidadãos sempre foram um grupo de influência na formação dessa agenda, mas o que acontece com a internet é que o funcionamento em rede facilita a visibilidade e a proliferação dessas posições. Se antes essas opiniões circulavam em círculos restritos, hoje podem chegar a muito mais pessoas através da rede. É nesse sentido que acreditamos que as redes sociais online podem contribuir para o fortalecimento da cidadania.

## BIBLIOGRAFIA

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

GOMES, Itania Maria Mota. *Efeito e Recepção*. A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e Democracia*. São Paulo: Paulus, 2008. Coleção Comunicação.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses*. Série Jornalismo a Rigor, vol.1. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, Wilson. Participação Política Online: Questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. *Participação política e internet* 2011. Porto Alegre: Editora Sulina. No prelo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

LYCARIÃO, Diógenes. Internet e esfera pública: por uma abordagem teórico-metodológica acerca dos usos da internet pela sociedade civil organizada. In: *Seminário Nacional de Sociologia e Política*, 1., 2009, Curitiba.

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. La Vergne: BN Publishing, 2010 [1922].

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The Agenda-Setting Function of Mass Media in *The Public Opinion Quarterly*, vol. 36, n.2, 1972, Oxford.

MCCOMBS, Maxwell. *The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion*. 2002. Disponível em: <[http://www.infoamerica.org/documentos\\_pdf/mccombs01.pdf](http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/mccombs01.pdf)>. Acesso em 21 de março de 2011.

MCCOMBS, Maxwell. A Look at Agenda-setting: past, present and future in *Journalism Studies*, vol.6, n.2, 2005, Texas.

RECUERO, Raquel. Information Flows and Social Capital in Weblogs: A Case Study in the Brazilian Blogosphere. In: *ACM Conference on Hypertext and Hypermedia*, 19., 2008, Pittsburgh, USA. Disponível em: <<http://pontomidia.com.br/raquel/ht08fp009recuerofinal.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

REQUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROBERTS, Marilyn; WANTA, Wayne; DZWO, Tzong-Horng. Agenda Setting and Issue Salience Online in *Communication Research*, agosto de 2002.

SANTOS, Nina. *Esfera de visibilidade e comunicação desintermediada: uma análise do blog Fatos e Dados*. 2010. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de comunicação da Universidade Federal da Bahia.

SHAPIRO, Andrew L. *The Control Revolution*. New York: Century Foundation, 1999.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

UCINSKI, Joseph. When Does the Public's Issue Agenda Affect the Media's Issue Agenda (and Vice-Versa)? Developing a Framework for Media-Public Influence in *Social Science Quarterly*, v.90, 2009.

WOODLY, Deva. New competencies in democratic communication? Blogs, agenda setting and political participation in *Public Choice*, 2008.